

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR DA  
EGRÉGIA TURMA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
XXXXXXXXXX**

Processo nºXXXXXXXX  
Agravante: FULANO DE TAL  
Agravada: FULANA DE TAL

**FULANA DE TAL**, já devidamente qualificada no processo eletrônico em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, ante a ilustrada presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXX, no exercício da Curadoria Especial**, com fulcro no art. 1.021 do Código de Processo Civil e no art. 265 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, interpor o presente

**AGRAVO INTERNO**

contra a decisão de id. xxxxxxxxxxxx proferida por Vossa Excelência no Agravo de Instrumento em epígrafe, fazendo-o mediante as razões de fato e de direito que passará a expor.

xxxxxxxxx, datado e assinado eletronicamente.

***Fulano de tal***  
*Defensor Público do xxxxxxxx*

---

---

## RAZÕES DO AGRAVO INTERNO

Processo nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Agravante: FULANO DE TAL

Agravada: FULANA DE TAL

### EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO xxxxxxxxxxxxxxxx

Egrégia Turma,

Eméritos

Julgadores,

#### I- SÍNTESE DOS FATOS

---

A DPDF, enquanto Curadora Especial, interpôs o Agravo de Instrumento com o fito de obter a reforma da decisão que indeferiu a expedição de ofício à instituição financeira em que ocorreu o bloqueio de numerário pelo sistema SISBAJUD para que informe a natureza da respectiva conta bancária em nome da curatelada/executada (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Em análise, entendeu o I. Desembargador pela não concessão de efeito

suspensivo ao recurso.

Na ocasião, sustentou que incumbe ao devedor/demandado comprovar

que os valores bloqueados através do sistema SISBAJUD são protegidos pela impenhorabilidade, bem como que a executada, ao não impugnar o indigitado bloqueio, anuíra com a persecução patrimonial judicial efetivada.

Com o devido respeito, o referido *decisum* merece reparo.

#### II- DO MÉRITO

---

A afirmação de que incumbe ao devedor/demandado  
comprovar que os valores bloqueados através do sistema SISBAJUD são  
protegidos pela impenhorabilidade,

---

embora verdadeira, deve ser interpretada de acordo com os **princípios da cooperação e da ampla defesa** e com as **peculiaridades do caso concreto**.

No caso em tela, **a parte executada foi citada de forma ficta e é revel, o que ensejou a nomeação da DPDF como curadora especial, ou seja, provavelmente a executada não sabe da ação judicial, tampouco do bloqueio de valores.**

Nesse contexto, sendo a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos, uma das hipóteses legais de impenhorabilidade (art. 833, X, do CPC), é imprescindível que se saiba a natureza da conta bancária bloqueada, algo que a Defensoria Pública não pode fazer, mas que está ao alcance do Judiciário. Nesse sentido, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM EXECUÇÃO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CITAÇÃO POR EDITAL. **CURADORIA ESPECIAL DE AUSENTES. BLOQUEIO DE VALORES. NATUREZA DA CONTA EM QUE EFETIVADO O BLOQUEIO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO.** RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO CONHECIDA, PROVIDO. (...). 2.

Prevê o Código de Processo Civil que **todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si na busca de um pronunciamento judicial justo e efetivo.** Orientação que decorre do Princípio da Cooperação. 3. É de necessária observância o postulado segundo o qual deve o magistrado assumir no caso concreto postura coerente ao dever geral de engajamento no modelo processual cooperativo e dialogado. Assim, respeitados os marcos definidores do necessário equilíbrio entre os litigantes, **cumpra ao juiz, em observância ao princípio da cooperação, atender ao interesse demonstrado pela Defensoria Pública, no exercício da Curadoria de Ausentes, de que ordene o julgador a realização de diligências para serem obtidas informações quanto à natureza da conta dos devedores em que efetivado, por meio do sistema SisbaJud, o bloqueio de valores.** Medida que não afeta o equilíbrio da disputa judicial, mas auxilia na busca da solução justa e eficaz, em especial porque **o órgão que**

**atua em defesa dos réus ausentes não tem legitimidade, tendo em conta o sigilo bancário que protege cada um dos réus fictamente citados, de pedir informações a instituições financeiras.** 4. Recurso parcialmente conhecido e, na extensão conhecida, provido. (TJDFT, Acórdão 1429806, 07345897320218070000, Relator: DIVA LUCY DE FARIA PEREIRA, 1ª Turma Cível, data de julgamento: 8/6/2022, publicado no PJe: 24/6/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO  
A

---

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INFORMAÇÃO SOBRE NATUREZA DA CONTA. PROVIDÊNCIA QUE NÃO ESTÁ AO

ALCANCE DA PARTE. (...) 5. **A medida pleiteada - expedição de ofício à instituição financeira para informar sobre a natureza da conta em que recaiu a penhora de valores - não está ao alcance da parte, visto que protegida por sigilo bancário, e necessária para permitir a ampla defesa do devedor.** 6. Deu-se parcial provimento ao recurso. (TJDFT, Acórdão 1424321, 07383216220218070000,

Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA, 7ª Turma Cível, data de julgamento: 18/5/2022, publicado no DJE: 8/6/2022.)

A propósito, cumpre destacar que a própria **8ª Turma Cível do TJDFT**

tem julgado recente reconhecendo essa possibilidade:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CURADORIA ESPECIAL. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. BLOQUEIO PELO SISTEMA BACENJUD. NATUREZA DA CONTA BANCÁRIA. POSSIBILIDADE. DECISÃO REFORMADA.

1. **Em sintonia com o princípio da colaboração, admite-se a expedição de ofícios aos bancos, como medida excepcional, sobretudo quando o pedido emana da Defensoria Pública do Distrito Federal na qualidade de Curadoria Especial, pois esta não detém outra forma de obter a informação pela ausência de contato com a parte representada.** 2. A medida deve ter por objetivo a informação acerca da natureza dos valores bloqueados e da conta em cujos valores foram encontrados. 3. Recurso provido. (TJDFT, Acórdão 1404780, 07317516020218070000, **Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, 8ª Turma Cível**, data de julgamento: 3/3/2022, publicado no PJe: 14/3/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Também merece reapreciação o argumento de que a parte executada, ao não ter impugnado a constrição, anuiu com o bloqueio. Em se confirmando que se trata de conta-poupança, não teria como a executada saber do bloqueio. Os valores depositados em

poupança não se prestam a transações corriqueiras, então **provavelmente a titular da referida conta-poupança (citada por edital e revel, frise-se) não tem ciência da constrição, não se podendo presumir que com ela anuiu.**

Ademais, ressalta-se que a impenhorabilidade constitui matéria de ordem pública, a merecer especial atenção e cuidado, notadamente em razão de seu estreito vínculo com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim, percebe-se que **presentes os requisitos da probabilidade do direito**, nos termos da fundamentação acima, assim como do **perigo da demora**, uma vez que

---

havendo a transferência desses valores bloqueados para a titularidade do exequente, a executada dificilmente os reaverá.

Portanto, preenchidos os requisitos autorizadores da tutela de urgência recursal acima demonstrados, a decisão que negou o efeito suspensivo ao agravo de instrumento merece reforma.

**III - DO PEDIDO**

---

Ante o exposto, requer que o presente Agravo Interno seja conhecido e provido, a fim de se conceder a tutela de urgência recursal ao agravo de instrumento de id. xxxxxxxxxxxxxxxx.

***Fulano de tal***

*Defensor Público do xxxxx*